

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia, compreendendo o levantamento arquitetônico de edificações, com a elaboração de desenhos técnicos, incluindo planta baixa, cortes e fachadas, bem como a elaboração de Projetos de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP).

DESPACHO DECISÓRIO DA PREGOEIRA

Trata-se de impugnação ao edital apresentada por Alexandre Pereira, Técnico Industrial em Edificações, registrado no CRT-MG, na qual sustenta que as exigências constantes das cláusulas 7.5.2 e 7.5.3 do edital restringem indevidamente a participação de profissionais e empresas legalmente habilitados no sistema CFT/CRT, em afronta à legislação federal aplicável.

A impugnação foi devidamente analisada pela Assessoria Jurídica, que se manifestou por meio do Parecer Jurídico anexo aos autos, opinando pelo acolhimento parcial do pedido, com recomendação de adequação das cláusulas editalícias relativas à qualificação técnica, de modo a compatibilizá-las com as atribuições legais dos profissionais e empresas registrados no CREA ou no CRT, conforme a natureza do objeto.

É o breve relatório.

DECISÃO

Considerando:

- os princípios da legalidade, isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021;
- que a legislação federal reconhece atribuições técnicas a profissionais de diferentes níveis de formação, desde que legalmente habilitados;
- que não restou demonstrado, nos autos, que o objeto licitado exija, de forma necessária e exclusiva, a atuação de profissional engenheiro, registrado no CREA;
- e, especialmente, as conclusões constantes do Parecer Jurídico o qual adoto como razão de decidir,

DECIDO:

1. ACOLHER PARCIALMENTE a impugnação apresentada, para o fim de adequar as cláusulas 7.5.2 e 7.5.3 do edital, ampliando a possibilidade de habilitação técnica a profissionais e empresas legalmente registrados no CREA ou no CRT, observadas as atribuições legais aplicáveis ao objeto da contratação;
2. MANTER inalterada a cláusula 7.5.1, relativa à exigência de atestado de capacidade técnica compatível com o objeto, por se tratar de critério objetivo, proporcional e adequado;
3. DETERMINAR a retificação do edital, com a inserção da nova redação das cláusulas 7.5.2 e 7.5.3, conforme proposto no parecer jurídico;
4. DETERMINAR a republicação do edital, com a reabertura dos prazos legais, nos termos da legislação vigente.

Bom Jardim de Minas, 02 de fevereiro de 2026.

Rafaela Oliveira da Silva  
Pregoeira